



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

APRESENTADO EM SESSÃO
ORDINÁRIA
REALIZADA AOS

20 ABR. 2023

CÂMARA M. LIM. DO NORTE

MENSAGEM N.º 011/2023

PROTOCOLO
Câmara Mun. Limoeiro do Norte
PROTOCOLO N.º 02458

14 ABR. 2023

Horário: 11:11
Responsável

Senhores Vereadores,

Nos termos dos artigos 34, II, e 35, III, da Lei Orgânica do Município de Limoeiro do Norte, envio e submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, que respeitosamente cumprimento, o texto do **PROJETO DE LEI N.º 039 /2023, DE 14 DE ABRIL DE 2023**, que “*Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício 2024, e dá outras providências*”.

2. Firmo-me com protestos de elevada consideração e alto apreço.

Limoeiro do Norte, 14 de abril de 2023.

José Maria Lucena,
Prefeito

JOSE
MARIA DE
OLIVEIRA
LUCENA:00
201618320

Assinado de
forma digital por
JOSE MARIA DE
OLIVEIRA
LUCENA:0020161
8320
Dados:
2023.04.14
09:18:08 -03'00'



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

PROJETO DE LEI N.º 039, DE 14 DE ABRIL DE 2023.

PROTOCOLO Câmara Mun. Limoeiro do Norte PROTOCOLO N.º <u>02458</u> 14 ABR. 2023 Horário: <u>11:11</u> <u>Andressa</u> Responsável

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício 2024, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE** faz saber que a **Câmara Municipal de Limoeiro do Norte** decretou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O Orçamento do Município de Limoeiro do Norte, Estado do Ceará, para o exercício de 2024, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as Metas Fiscais;
- II – as Prioridades da Administração Municipal;
- III – a Estrutura dos Orçamentos;
- IV – as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V – as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI – as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII – as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII – as Disposições Gerais.

I – DAS METAS FISCAIS

Art. 2º. Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º. da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2024, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria STN nº. 1.447, de 14 de junho de 2022.



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

Art. 3º. A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º. O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º. do art. 4º. da LRF, obedece às determinações do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS DA Portaria STN nº. 1.447, de 14 de junho de 2022.

Art. 5º. Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais desta Lei, constituem-se dos seguintes:

01.00.00 PARTE I ANEXO DE RISCOS FISCAIS.

01.01.00 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS.

02.00.00 PARTE II ANEXO DE METAS FISCAIS

02.01.00 DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS.

02.02.00 DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

02.03.00 DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES.

02.04.00 DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

02.05.00 DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS.

02.06.00 DEMONSTRATIVO 6 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA.

02.07.00 DEMONSTRATIVO 7 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Parágrafo único. Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 6º. Em cumprimento ao § 3º. do art. 4º. da LRF, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2024 deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

METAS ANUAIS

Art. 7º. Em cumprimento ao § 1º. do art. 4º. da Lei de Complementar nº. 101/2000, o Demonstrativo 1 - Metas Anuais será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2024 e para os dois seguintes.

§ 1º. Os valores correntes dos exercícios de 2024, 2025 e 2026 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria STN nº 1.447, de 14 de junho de 2022.

§ 2º. Os valores da coluna "% PIB", são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

§ 3º. Em cumprimento ao estabelecido na Portaria STN nº. 1.447, de 14 de junho de 2022, as METAS ANUAIS DA LDO 2024 contam com o cálculo do percentual em relação à Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º. Atendendo ao disposto no inciso I do § 2º. do art. 4º, da LRF, o Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

Parágrafo único. Em cumprimento ao estabelecido na Portaria STN nº. 1.447, de 14 de junho de 2022, as METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR da LDO 2024 passam a conter o cálculo do percentual em relação à Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.



METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 9º. De acordo com o item II do § 2º. do art. 4º. da LRF, o Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo único. Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo 1.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 10. Em obediência ao inciso III do § 2º. do art. 4º da LRF, o Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 11. O inciso III do § 2º. do art. 4º. da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece, também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

Art. 12. Conforme estabelecido no inciso V do § 2º. do art. 4º. da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º. A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, etc.

§ 2º. A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER
CONTINUADO**

Art. 13. O art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo único. O Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

**MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS,
DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA
DÍVIDA PÚBLICA**

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS
E DESPESAS**

Art. 14. O inciso II do § 2º. do art. 4º. da LRF determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo único. De conformidade com a Portaria STN nº. 1.447, de 14 de junho de 2022, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2024, 2025 e 2026.

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DOS
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**

Art. 15. A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Art. 16. O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

§ 1º. O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional e às normas da contabilidade pública.

§ 2º. O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

§ 3º. A unificação dos Demonstrativos de Resultados Primário e Nominal obedeceram às determinações da Portaria STN N° 495/2017 e o modelo de relatório da Portaria STN n° 286, de 7 de maio de 2019.

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE
DA DÍVIDA PÚBLICA**

Art. 17. Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta é representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único. Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2024, 2025 e 2026.



II – DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 18. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2024 estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2022 a 2025, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º. Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2024 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2024, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 19. O orçamento para o exercício financeiro de 2024 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 20. A Lei Orçamentária para 2024 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Parágrafo único. A movimentação de uma Fonte de Recursos para outra Fonte de Recursos (existente ou nova) dentro da mesma Programação Orçamentária, de um elemento econômico para outro, ou de uma Fonte de Recurso para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, não gera a necessidade de abertura de crédito adicional, bem como não comprometerá o limite previsto no art. 27 desta Lei, e será processada mediante ato administrativo do Poder Executivo.



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

Art. 21. A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, parágrafo único, inciso I, da Lei 4.320/1964, conterà todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 22. O Orçamento para exercício de 2024 obedecerá, entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º., § 1º., 4º., I, "a" e 48, todos da LRF).

Art. 23. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2024 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Art. 24. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º. da LRF):

- I – projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II – obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III – dotação para combustíveis, obras, serviços públicos discricionários; e
- IV – dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

Art. 25. As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2023, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2023 (art. 4º., § 2º., da LRF).

Art. 26. Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

Parágrafo único. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos constantes de art. 43 da Lei Federal nº. 4.320/1964.

Art. 27. O Orçamento para o exercício de 2024 poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas e 30% (trinta por cento) do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares (art. 5º., III, da LRF).

§ 1º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº. 42/1999, art. 5º. e Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º. (art. 5º., III, "b", da LRF).

§ 2º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2023, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 28. Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º., § 5º., da LRF).

Art. 29. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º. da LRF).



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

Art. 30. Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2024 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º., parágrafo único, e art. 50, I, da LRF).

Art. 31. A renúncia de receita estimada para o exercício de 2024, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º., § 2º., V, e art. 14, I, da LRF).

Art. 32. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º., I, "f", e 26 da LRF).

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal).

Art. 33. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II, da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º., da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2024, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º., da LRF).

Art. 34. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

Art. 35. Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 36. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2024 a preços correntes.

Art. 37. A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº. 163/2001.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI, da Constituição Federal).

Art. 38. Durante a execução orçamentária de 2024, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2024 (art. 167, I, da Constituição Federal).

Art. 39. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º., da LRF.

Parágrafo Único. Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º., "e", da LRF).

Art. 40. Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrem a Lei Orçamentária de 2024, serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).



V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 41. A Lei Orçamentária de 2024 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% (cinquenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (arts. 30, 31 e 32).

Art. 42. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, parágrafo único, da LRF).

Art. 43. Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II, da LRF).

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 44. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2024, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II, da Constituição Federal).

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2024.

Art. 45. Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2024, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2023, acrescida de 10%, obedecido os limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 46. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V, da LRF).

Art. 47. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

- I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas-extras;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 48. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º, da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 49. O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

Art. 50. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14, § 3º, da LRF).

Art. 51. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º, da LRF).

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Constituição do Estado do Ceará, que a apreciará e a devolverá para sanção dentro do prazo constitucional.

§ 1º. A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º. Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2024, fica o Executivo Municipal autorizado a executar mensalmente 1/12 (um doze avos) da proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 53. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a regulamentar as Transferências Financeiras – Duodécimo ao Poder Legislativo, através de Decreto, com o fito de atender as normas estatuídas na Emenda Constitucional nº. 28, de 23 de setembro de 2009.

Art. 54. Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 55. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por Decreto do Executivo.

Art. 56. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

Art. 57. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE, Estado do Ceará,
em 14 de abril de 2023.

José Maria Lucena,
Prefeito

JOSE	Assinado de
MARIA DE	forma digital por
OLIVEIRA	JOSE MARIA DE
LUCENA:00	OLIVEIRA
201618320	LUCENA:0020161
	8320
	Dados:
	2023.04.14
	09:16:44 -03'00'

Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

I - RECEITAS

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RECEITAS CORRENTES	185.007.507,40	209.247.836,54	250.161.900,00	300.194.280,00	360.233.136,00	432.279.763,20
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	16.348.499,09	18.106.015,09	23.860.000,00	28.632.000,00	34.358.400,00	41.230.080,00
CONTRIBUIÇÕES	4.608.837,46	4.312.152,05	5.500.000,00	6.600.000,00	7.920.000,00	9.504.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	799.400,32	2.795.333,09	2.618.000,00	3.141.600,00	3.769.920,00	4.523.904,00
RECEITA DE SERVIÇOS	13.106.734,04	14.744.353,49	17.593.600,00	21.112.320,00	25.334.784,00	30.401.740,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	162.367.846,24	184.073.517,45	215.594.300,00	258.713.160,00	310.455.792,00	372.546.950,40
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	575.801,43	1.233.978,10	1.650.000,00	1.980.000,00	2.376.000,00	2.851.200,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.085.089,10	555.078,72	6.362.100,00	7.634.520,00	9.161.424,00	10.993.708,80
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	100.000,00	120.000,00	144.000,00	172.800,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	55.000,00	66.000,00	79.200,00	95.040,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.085.089,10	555.078,72	6.207.100,00	7.448.520,00	8.938.224,00	10.725.868,80
DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES	-12.799.611,18	-16.017.512,73	-16.654.000,00	-19.984.800,00	-23.981.760,00	-28.778.112,00
Total	188.092.596,50	209.802.915,26	256.524.000,00	307.828.800,00	369.394.560,00	443.273.472,00


José Maria de Oliveira Lucena,
Prefeito Municipal


ASCONJ Assessoria Contábil
Contador CRC nº 629/O-3


José Almar Santiago de Almeida
Secretário Municipal

Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

II - DESPESAS

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
DESPESAS CORRENTES (I)	177.602.107,01	220.680.848,60	233.469.350,00	280.163.220,00	336.195.864,00	403.435.036,80
Pessoal e Encargos Sociais	84.501.066,92	97.941.666,23	106.363.450,00	127.636.140,00	153.163.368,00	183.796.041,60
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	84.501.066,92	97.941.666,23	106.363.450,00	127.636.140,00	153.163.368,00	183.796.041,60
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	6.200,00	7.440,00	8.928,00	10.713,60
Aplicações Diretas	0,00	0,00	6.200,00	7.440,00	8.928,00	10.713,60
Outras Despesas Correntes	93.101.040,09	122.739.182,37	127.099.700,00	152.519.640,00	183.023.568,00	219.628.281,60
Transferência da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	93.101.040,09	122.739.182,37	127.099.700,00	152.519.640,00	183.023.568,00	219.628.281,60
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL (II)	19.253.564,22	9.932.538,87	21.754.650,00	26.105.580,00	31.326.696,00	37.592.035,20
Investimentos	18.372.946,71	8.323.102,13	20.401.750,00	24.482.100,00	29.378.520,00	35.254.224,00
Transferências a União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	18.372.946,71	8.323.102,13	20.401.750,00	24.482.100,00	29.378.520,00	35.254.224,00
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	266.174,37	150.700,00	180.840,00	217.008,00	260.409,60
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	0,00	266.174,37	150.700,00	180.840,00	217.008,00	260.409,60
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	880.617,51	1.343.262,37	1.202.200,00	1.442.640,00	1.731.168,00	2.077.401,60
Aplicações Diretas	880.617,51	1.343.262,37	1.202.200,00	1.442.640,00	1.731.168,00	2.077.401,60
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	0,00	0,00	1.300.000,00	1.560.000,00	1.872.000,00	2.246.400,00

Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

II - DESPESAS

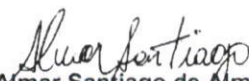
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Total	196.855.671,23	230.613.387,47	256.524.000,00	307.828.800,00	369.394.560,00	443.273.472,00


José Maria de Oliveira Lucena,
Prefeito Municipal


ASCONJ Assessoria Contábil
Contador CRC nº 629/O-3


José Almar Santiago de Almeida
Secretário Municipal

Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

III - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

(R\$)

	ACIMA DA LINHA					
RECEITAS PRIMÁRIAS	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RECEITAS CORRENTES (I)	185.007.507,40	209.247.836,54	250.161.900,00	300.194.280,00	360.233.136,00	432.279.763,20
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.348.499,09	18.106.015,09	23.860.000,00	28.632.000,00	34.358.400,00	41.230.080,00
Contribuições	4.608.837,46	4.312.152,05	5.500.000,00	6.600.000,00	7.920.000,00	9.504.000,00
Receita Patrimonial	799.400,32	2.795.333,09	2.618.000,00	3.141.600,00	3.769.920,00	4.523.904,00
Aplicações Financeiras (II)	799.400,32	2.795.333,09	2.618.000,00	652.320,00	782.784,00	850.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	2.489.280,00	2.987.136,00	3.673.904,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	13.106.734,04	14.744.353,49	17.593.600,00	21.112.320,00	25.334.784,00	30.401.740,80
Transferências Correntes	149.568.235,06	168.056.004,72	198.940.300,00	238.728.360,00	286.474.032,00	343.768.838,40
Outras Receitas Correntes	575.801,43	1.233.978,10	1.650.000,00	1.980.000,00	2.376.000,00	2.851.200,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	575.801,43	1.233.978,10	1.650.000,00	1.980.000,00	2.376.000,00	2.851.200,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	184.208.107,08	206.452.503,45	247.543.900,00	299.541.960,00	359.450.352,00	431.429.763,20
RECEITAS DE CAPITAL (V)	3.085.089,10	555.078,72	6.362.100,00	7.634.520,00	9.161.424,00	10.993.708,80
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00	100.000,00	120.000,00	144.000,00	172.800,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	55.000,00	66.000,00	79.200,00	95.040,00
Alienação de Bens Móveis (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	3.085.089,10	555.078,72	6.207.100,00	7.448.520,00	8.938.224,00	10.725.868,80
Outras Receitas de Capital (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI)=(V-VI-VII-VIII-IX-X)	3.085.089,10	555.078,72	6.262.100,00	7.514.520,00	9.017.424,00	10.820.908,80
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	187.293.196,18	207.007.582,17	253.806.000,00	307.056.480,00	368.467.776,00	442.250.672,00

	ACIMA DA LINHA					
DESPESAS PRIMÁRIAS	2021	2022	2023	2024	2025	2026
DESPESAS CORRENTES (XIII)	177.602.107,01	220.680.848,60	233.469.350,00	280.163.220,00	336.195.864,00	403.435.036,80
Pessoal e Encargos Sociais	84.501.066,92	97.941.666,23	106.363.450,00	127.636.140,00	153.163.368,00	183.796.041,60
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	6.200,00	7.440,00	8.928,00	10.713,60
Outras Despesas Correntes	93.101.040,09	122.739.182,37	127.099.700,00	152.519.640,00	183.023.568,00	219.628.281,60
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	177.602.107,01	220.680.848,60	233.463.150,00	280.155.780,00	336.186.936,00	403.424.323,20
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	19.253.564,22	9.932.538,87	21.754.650,00	26.105.580,00	31.326.696,00	37.592.035,20
Investimentos	18.372.946,71	8.323.102,13	20.401.750,00	24.482.100,00	29.378.520,00	35.254.224,00
Inversões Financeiras	0,00	266.174,37	150.700,00	180.840,00	217.008,00	260.409,60
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Títulos de Cred. de Cap já Integ (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Títulos de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	880.617,51	1.343.262,37	1.202.200,00	1.442.640,00	1.731.168,00	2.077.401,60
DESP. PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI-XVII-XVIII-XIX-XX)	18.372.946,71	8.589.276,50	20.552.450,00	24.662.940,00	29.595.528,00	35.514.633,60
RESERVA DO RPPS XXIIa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	0,00	0,00	1.300.000,00	1.560.000,00	1.872.000,00	2.246.400,00
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	195.975.053,72	229.270.125,10	255.315.600,00	306.378.720,00	367.654.464,00	441.185.356,80
RESULTADO PRIMÁRIO-Acima da linha (XXIV) = (XII -XXIII)	-8.681.857,54	-22.262.542,93	-1.509.600,00	677.760,00	813.312,00	1.065.315,20

Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
III - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

(R\$)

Meta Fiscal Para o Resultado Primário	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício	-8.681.857,54	-22.262.542,93	-1.509.600,00	677.760,00	813.312,00	1.065.315,20
Juros Nominais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	0,00	0,00	6.200,00	7.440,00	8.928,00	10.713,60
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XXVII) = XXIV	-8.681.857,54	-22.262.542,93	-1.515.800,00	670.320,00	804.384,00	1.054.601,60
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício	-7.882.457,22	-19.467.209,84	1.102.200,00	1.322.640,00	1.587.168,00	1.904.601,60

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	83.642.610,88	71.500.000,00	78.650.000,00	86.515.000,00	88.000.000,00	85.000.000,00
DEDUÇÕES (XXIX)	4.617.413,55	14.300.018,27	15.730.020,10	17.303.022,11	21.500.025,00	24.000.025,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	28.883.725,00	30.800.000,00	33.880.000,00	37.268.000,00	39.000.000,00	40.000.000,00
Demais Haveres Financeiros	16,61	18,27	20,10	22,11	25,00	25,00
(-) Restos a Pagar (XXX)	24.266.328,06	16.500.000,00	18.150.000,00	19.965.000,00	17.500.000,00	16.000.000,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	79.025.197,33	57.199.981,73	62.919.979,90	69.211.977,89	66.499.975,00	60.999.975,00
Resultado Nominal - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa-XXXIb)	(a* - b)	(b - c)	(c - d)	(d - e)	(e - f)	(f - g)
	-1.989.509,86	21.825.215,60	-5.719.998,17	-6.291.997,99	2.712.002,89	5.500.000,00

a* Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2020 (R\$77.035.687,47)

Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2023

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

III - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

(R\$)

AJUSTE METODOLÓGICO	EXERCÍCIO DE 2023
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXd - XXXe)	-1.815.000,00
RECEITA DE ALIEN.DE INVEST. PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV) = (XXXI)	69.211.977,89
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGTO. DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
RESULTADO DO BACEM (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - abaixo da linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	64.734.979,90
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX)	64.734.979,90


José Maria de Oliveira Lucena,
Prefeito Municipal


ASCONJ Assessoria Contábil
Contador CRC nº 629/O-3


José Almar/Santiago de
Secretário Municipal

Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	77.035.687,47	83.642.610,88	71.500.000,00	78.650.000,00	86.515.000,00	88.000.000,00	85.000.000,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	77.035.687,47	83.642.610,88	71.500.000,00	78.650.000,00	86.515.000,00	88.000.000,00	85.000.000,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	4.617.413,55	14.300.018,27	15.730.020,10	17.303.022,11	21.500.025,00	24.000.025,00
Ativo Disponível	21.488.352,24	28.883.725,00	30.800.000,00	33.880.000,00	37.268.000,00	39.000.000,00	40.000.000,00
Haveres Financeiros	16,61	16,61	18,27	20,10	22,11	25,00	25,00
(-) Restos a Pagar	22.781.173,92	24.266.328,06	16.500.000,00	18.150.000,00	19.965.000,00	17.500.000,00	16.000.000,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	77.035.687,47	79.025.197,33	57.199.981,73	62.919.979,90	69.211.977,89	66.499.975,00	60.999.975,00


José Maria de Oliveira Lucena,
Prefeito Municipal


ASCONJ Assessoria Contábil
Contador CRC nº 629/O-3


José Almar Santiago de Almeida
Secretário Municipal

Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

AMF (LRF, art. 4º, §3º)

(R\$)

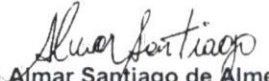
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	2024	PROVIDÊNCIA	2024
Demandas Judiciais	2.160.000,00		2.160.000,00
Demandas Trabalhistas	2.160.000,00	Cred. Adic. por: anulação de dotação orçamentária.	2.160.000,00
SUBTOTAL	2.160.000,00	SUBTOTAL	2.160.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	2024	PROVIDÊNCIA	2024
Frustração de Arrecadação	2.000.000,00	Limitação de empenho.	2.000.000,00
SUBTOTAL	2.000.000,00	SUBTOTAL	2.000.000,00
TOTAL	4.160.000,00	TOTAL	4.160.000,00

Notas:

...


José Maria de Oliveira Lucena,
Prefeito Municipal


ASCONJ Assessoria Contábil
Contador CRC nº 629/O-3


José Almar Santiago de Almeida
Secretário Municipal

Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo I - Metas Anuais

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, §1º)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (c/RCL) x 100
Receita Total	327.813.600,00	315.144.779,85	0,153	1,171	393.376.320,00	364.399.288,57	0,177	1,354	472.051.584,00	421.677.937,58	0,205	1,567
Receitas Primárias (I)	307.056.480,00	295.189.848,11	0,143	1,097	368.467.776,00	341.325.566,92	0,166	1,269	442.250.672,00	395.057.145,41	0,192	1,468
Despesa Total	307.828.800,00	295.932.320,71	0,144	1,100	369.394.560,00	342.184.081,81	0,166	1,272	443.273.472,00	395.970.800,21	0,192	1,472
Despesas Primárias (II)	306.378.720,00	294.538.281,10	0,143	1,095	367.654.464,00	340.572.165,41	0,166	1,266	441.185.356,80	394.105.512,30	0,192	1,465
Resultado Primário (III)=(I-II)	677.760,00	651.567,01	0,000	0,002	813.312,00	753.401,51	0,000	0,003	1.065.315,20	951.633,11	0,001	0,004
Resultado Nominal	1.322.640,00	1.322.927,53	0,001	0,005	1.587.168,00	1.470.253,45	0,001	0,006	1.904.601,60	1.701.357,44	0,001	0,006
Dívida Pública Consolidada	86.515.000,00	83.171.505,48	0,040	0,309	88.000.000,00	81.517.711,58	0,040	0,303	85.000.000,00	75.929.465,99	0,037	0,282
Dívida Consolidada Líquida	69.211.977,89	66.537.183,13	0,032	0,247	66.499.975,00	61.601.429,34	0,030	0,229	60.999.975,00	54.490.535,62	0,027	0,203
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2024	2025	2026
PIB real (crescimento % anual)	1,67	2,00	2,00
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	10,50	10,50	10,50
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	5,30	5,30	5,30
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	4,02	3,78	3,70
Projeção do PIB do Estado - R\$ bilhões	214.062.552.768,54	222.154.117.263,19	230.373.819.601,93
Receita Corrente Líquida - RCL - R\$ bilhões	27.990.499.225,36	29.048.540.096,08	30.123.336.079,63

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2024	2025	2026
Valor Corrente / 1,04020	Valor Corrente / 1,07952	Valor Corrente / 1,11946

José Maria de Oliveira Lucena,
Prefeito Municipal

ASCONJ Assessoria Contábil
Contador CRC nº 629/O-3

José Almar Santiago de Almeida
Secretário Municipal

Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte

ESTADO DO CEARA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior 2024

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas 2022 (a)		II - Metas Realizadas 2022 (b)		Variação (II - I)		Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
	% PIB	% RCL	% PIB	% RCL	% PIB	% RCL		
Receita Total	185.350.000,00	0,095	0,757	209.802.915,26	0,108	0,826	24.452.915,26	13,19
Receitas Primárias (I)	453.000,00	0,000	0,002	207.007.582,17	0,107	0,815	206.554.582,17	45597,03
Despesa Total	185.350.000,00	0,095	0,757	230.613.387,47	0,119	0,907	45.263.387,47	24,42
Despesas Primárias (II)	800,00	0,000	0,000	229.270.125,10	0,118	0,902	229.269.325,10	28658665
Resultado Primário (III)=(I - Resultado Nominal	452.200,00	0,000	0,002	-22.262.542,93	-0,011	-0,088	-22.714.742,93	-5023,16
Dívida Pública Consolidada	71.500.000,00	0,037	0,292	71.500.000,00	0,037	0,281	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	57.199.981,73	0,029	0,233	57.199.981,73	0,029	0,225	0,00	0,00

Nota:

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2022

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2022	194.343.000.000,00
Valor efetivo(realizado) do PIB Estadual para 2022	194.343.000.000,00
Previsão da RCL Estadual para 2022	24.500.000.000,00
Valor efetivo(realizado) da RCL Estadual para 2022	25.412.000.000,00


José Maria de Oliveira Lucena,
Prefeito Municipal


ASCONJ Assessoria Contábil
Contador CRC nº 629/O-3


José Almar Santiago de Almeida
Secretário Municipal

Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte

ESTADO DO CEARA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	188.092.596,50	209.802.915,26	11,5	256.524.000,00	22,3	307.828.800,00	7,6	369.394.560,00	20,0	443.273.472,00	20,0
Receitas Primárias (I)	187.293.196,18	207.007.582,17	10,5	253.806.000,00	22,6	307.056.480,00	21,0	368.467.776,00	20,0	442.250.672,00	20,0
Despesa Total	196.855.671,23	230.613.387,47	17,1	256.524.000,00	11,2	307.828.800,00	20,0	369.394.560,00	20,0	443.273.472,00	20,0
Despesas Primárias (II)	195.975.053,72	229.270.125,10	17,0	255.315.600,00	11,4	306.378.720,00	20,0	367.654.464,00	20,0	441.185.356,80	20,0
Resultado Primario (III)=(I - II)	-8.681.857,54	-22.262.542,93	0,0	-1.509.600,00	0,0	677.760,00	0,0	813.312,00	20,0	1.065.315,20	31,0
Resultado Nominal	-7.882.457,22	-19.467.209,84	147,0	1.102.200,00	-105,7	1.322.640,00	20,0	1.587.168,00	20,0	1.904.601,60	20,0
Dívida Pública Consolidada	83.642.610,88	71.500.000,00	-14,5	78.650.000,00	10,0	86.515.000,00	10,0	88.000.000,00	1,7	85.000.000,00	-3,4
Dívida Consolidada Líquida	79.025.197,33	57.199.981,73	-27,6	62.919.979,90	10,0	69.211.977,89	10,0	66.499.975,00	-3,9	60.999.975,00	-8,3

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	210.703.207,53	222.160.306,97	5,4	256.524.000,00	15,5	295.932.320,71	15,4	342.184.081,81	15,6	395.970.800,21	15,7
Receitas Primárias (I)	209.807.711,29	219.200.328,76	4,5	253.806.000,00	15,8	295.189.848,11	16,3	341.325.566,92	15,6	395.057.145,41	15,7
Despesa Total	220.519.691,47	244.196.515,99	10,7	256.524.000,00	5,0	295.932.320,71	15,4	342.184.081,81	15,6	395.970.800,21	15,7
Despesas Primárias (II)	219.533.214,93	242.774.135,47	10,6	255.315.600,00	5,2	294.538.281,10	15,4	340.572.165,41	15,6	394.105.512,30	15,7
Resultado Primario (III)=(I - II)	-9.725.503,63	-23.573.806,71	0,0	-1.509.600,00	0,0	651.567,01	0,0	0,00	0,0	951.633,11	26,3
Resultado Nominal	-8.830.007,40	-20.613.828,50	133,4	1.102.200,00	-105,3	1.271.524,71	15,4	1.470.253,45	15,6	1.701.357,44	15,7
Dívida Pública Consolidada	93.697.289,13	75.711.350,00	-19,2	78.650.000,00	3,9	83.171.505,48	5,8	81.517.711,58	-2,0	75.929.465,99	-6,9
Dívida Consolidada Líquida	88.524.816,30	60.569.060,65	-31,6	62.919.979,90	3,9	66.537.183,13	5,8	61.601.429,34	-7,4	54.490.535,62	-11,5

Nota:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO						
2021	2022	2023	2024*	2025*	2026*	
10,06	5,79	5,89	4,02	3,78	3,70	
VALORES DE REFERÊNCIA						
Valor Corrente x 1,12021	Valor Corrente x 1,05890	Valor Corrente x 1,00000	Valor Corrente / 1,04020	Valor Corrente / 1,07952	Valor Corrente / 1,11946	

* Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

José Maria de Oliveira Lucena,
Prefeito Municipal

ASCONJ Assessoria Contábil
Contador CRC nº 629/O-3

José Almar Santiago de Almeida
Secretário Municipal

Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte

ESTADO DO CEARA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	59.984.267,70	100,00	54.610.696,92	100,00	42.081.827,25	100,00
TOTAL	59.984.267,70	100,00	54.610.696,92	100,00	42.081.827,25	100,00

Notas:


José Maria de Oliveira Lucena,
Prefeito Municipal


ASCONJ Assessoria Contábil
Contador CRC nº 629/O-3


José Almar Santiago de Almeida
Secretário Municipal

Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte

ESTADO DO CEARA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
2024

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

RECEITAS REALIZADAS	2022 (a)	2021 (b)	2020 (c)
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos			
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS REALIZADAS	2022 (d)	2021 (e)	2020 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I - II)	(g)=((Ia-Id)+IIIh)	(h)=((Ib-Ile)+IIIi)	(i)=(Ic - If)
	0,00	0,00	0,00

Notas:

A municipalidade não realizou alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público.


José Maria de Oliveira Lucena,

Prefeito Municipal


ASCONJ Assessoria Contábil

Contador CRC nº 629/O-3


José Afmar Santiago de Almeida

Secretário Municipal

Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)


(R\$)


Tributo	Modalidade	SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2024	2025	2026	
			0,00	0,00	0,00	
TOTAL			0,00	0,00	0,00	

Notas:

Nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000, o município de Limoeiro do Norte não pretende conceder anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos e contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.


José Maria de Oliveira Lucena,
Prefeito Municipal


ASCONJ Assessoria Contábil
Contador CRC nº 629/O-3


José Almar Santiago de Almeida
Secretário Municipal

Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte

ESTADO DO CEARA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de
Caráter Continuado

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)


(R\$)

EVENTOS	2024
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesas (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC Geradas Pelas PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III - IV)	0,00

Notas:

Nos termos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, o município de Limoeiro do Norte primando pelo equilíbrio das contas públicas, não pretende instituir lei ou ato administrativo normativo que criem, expandam ou aperfeiçoem ação de governo acarretando aumento de despesa pública.


José Maria de Oliveira Lucena,
Prefeito Municipal


ASCONJ Assessoria Contábil
Contador CRC nº 629/O-3


José Almar Santiago de Almeida
Secretário Municipal

JOSE
MARIA DE
OLIVEIRA
LUCENA:00
201618320

Assinado de forma
digital por JOSE
MARIA DE
OLIVEIRA
LUCENA:00201618
320
Dados: 2023.04.14
09:15:06 -03'00'